CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Políticos da tropa de choque de Lula não conseguiram se eleger

PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL

Derrotas de aliados do presidente Lula enfraquecem a base governista no Senado

■ **Randolfe Rodrigues (PT), Gleisi Hoffmann (PT), Simone Tebet (PSB), Marina Silva (Rede) e Soraya Thronicke (PSB) não conseguiram se eleger nas eleições deste ano e ficarão fora do Congresso Nacional a partir da próxima legislatura. Os cinco, que integram a tropa de choque do governo Lula, buscavam uma vaga no Senado e não obtiveram votos suficientes.**

■ Randolfe disputava uma cadeira pelo Amapá, enquanto Gleisi concorria pelo Paraná. Simone Tebet e Marina Silva buscavam uma vaga por São Paulo, e Soraya Thronicke pelo Mato Grosso do Sul.

■ **As derrotas podem representar uma dor de cabeça para o governo caso Lula consiga a reeleição. Isso porque a base do petista no Senado Federal ficará mais enfraquecida, ainda mais do que já está atualmente.**

■ O resultado também significa que o eleitorado optou por parlamentares que se comprometeram a pautar o impeachment de ministros do STF. Candidatos da esquerda ligados ao governo perderam vagas justamente para nomes da direita e do campo conservador que assumiram esse compromisso durante a campanha.

■ **Esses parlamentares defenderam uma atuação mais dura do Senado em relação ao Supremo e se comprometeram a pautar pedidos de impeachment de ministros da Corte.**

■ O cenário também deixa Davi Alcolumbre com a pulga atrás da orelha. A partir do próximo ano, muito provavelmente ele sairá da presidência do Senado, uma vez que a direita já tem maioria no Parlamento para eleger um presidente da Casa conservador e comprometido com o impeachment de ministros do STF.

MARCO ANTÔNIO BARBOSA

Especialista em segurança e diretor da CAME do Brasil

Violência está no topo das preocupações dos brasileiros para as eleições

A Pesquisa Nacional de Segurança e Tecnologia, realizada pela Quaest em parceria com a Pax, empresa de tecnologia voltada ao setor policial, e divulgada na última sexta-feira (18), mostrou que a violência continua sendo a principal preocupação dos brasileiros. O tema foi eleito por 28% das 2.004 pessoas, de 16 anos ou mais, entrevistadas presencialmente neste levantamento, no qual a corrupção, com 22% dos votos, ficou em segundo lugar no ranking dos maiores problemas do país. Economia (19%) e saúde (15%) vieram na sequência, respectivamente em terceiro e quarto.

O resultado desta amostragem eleva o foco urgente na segurança pública às vésperas das eleições, cujo primeiro turno será no dia 4 de outubro, e mostra como as propostas dos candidatos para este setor poderão ser decisivas para as escolhas de milhões de eleitores nas urnas.

Nesta nova pesquisa, 70% dos participantes também apontaram que a violência no Brasil aumentou muito nos últimos dois anos, sendo que 86% afirmaram ser favoráveis ao uso de inteligência artificial na segurança pública e 91% defendem que os governadores eleitos neste próximo pleito utilizem ferramentas tecnológicas no combate à criminalidade, independentemente dos riscos à exposição da privacidade da população e de eventuais possíveis falhas dos sistemas operados. Para completar, 97% disseram que apoiam a adoção de câmeras inteligentes para buscar pessoas desaparecidas e 96% defendem o emprego deste mesmo dispositivo para a localização de foragidos da Justiça e a identificação de veículos roubados ou conduzidos por bandidos em crimes.

Os resultados deste levantamento evidenciam a situação crítica da segurança pública no país e expõem a ineficiência do poder público no combate à criminalidade, o que acaba ajudando a impulsionar os investimentos em proteção privada em meio a um cenário de constante sensação de insegurança. E diante de facções criminosas cada vez mais organizadas e poderosas, não basta apenas aumentar os efetivos policiais e o poder de fogo contra os delinquentes. É preciso investir em tecnologia, inteligência e ações integradas, que têm de ser colocadas em prática com um plano nacional de segurança cuja implementação não pode ser atrapalhada por diferenças ideológicas ou conflitos de interesses entre candidatos e partidos que triunfarem nas eleições de outubro.

Os novos avanços para a aprovação da PEC da Segurança Pública, que prevê a ampliação da integração entre polícias e estados com a Polícia Federal e com uma participação maior do Ministério da Justiça na organização desse fluxograma, são um passo importante para que os candidatos eleitos possam ter condições de combater à criminalidade com maior sucesso. O texto da PEC também promete o endurecimento no tratamento concedido a chefes e integrantes de organizações que são considerados de alta periculosidade.

Entretanto, só com organização, união e respaldo dos poderes legislativo e executivo será possível aplicar leis mais severas que sirvam para diminuir o poder e as ações dos criminosos, hoje convictos de que podem ficar impunes ou que compensa seguir agindo enquanto estiverem sob o risco de serem julgados em um país cuja legislação conta com penas brandas e está cheia de brechas.

Diante do atual cenário caótico da segurança pública no país, os eleitores brasileiros precisam saber quais são as propostas dos candidatos para este setor e os planos para enfrentar a criminalidade antes de registrarem os seus votos nas urnas. A segurança é uma prioridade e uma necessidade fundamental para todos, independentemente de qualquer preferência ideológica ou partidária.